

**O DEBATE SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NO AMBIENTE
ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO DR.
BRUNILO JACÓ, REDENÇÃO/CE**

Gessylane da Silva Lima¹

Janaina Campos Lobo²

Resumo: O presente trabalho trata da análise de como se dá o debate sobre diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar, tendo a Escola de Ensino Médio Dr. Brunilo Jacó, Localizada no Município de Redenção-CE, como foco dessa análise. O objetivo é verificar se há debates sobre o tema na referida escola e qual a importância dada ao mesmo, a partir da análise de relatos dos/das alunos/as. As conclusões buscam mostrar a importância do debate sobre diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar, para conscientizar os/as estudantes sobre o respeito ao outro/a.

Palavras-Chave: Escola. Diversidade. Sexualidades. Identidades de Gênero.

Abstract: The present work deals with the analysis of how the debate on sexual and gender diversity in the school environment, having the high school Dr. Brunilo Jacó, located in the municipality of Redenção-CE, as focus of this analysis. The goal is to verify that there are debates on the subject in this school and what is the importance given to it, from the analysis of the reports of the students. The conclusions seek to show the importance of the debate on sexual and gender diversity in the school environment, to educate the students about respect for the other.

Keywords: School. Diversity. Sexualities. Gender identities.

¹ Graduanda em Sociologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. E-mail: gessylanelima@hotmail.com.

² Professora Adjunta do Departamento de Sociologia da Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. E-mail: janaina.lobo@gmail.com

INTRODUÇÃO

As sociedades são definidas e construídas historicamente, valores, regras, comportamentos, as maneiras de se pensar e agir, são repassados de geração em geração. A partir disso, no seio de cada sociedade, surgem os estereótipos. Os preconceitos evidenciam a construção social das diferenças. Os sujeitos irão se construir socialmente a partir das relações existentes na sua sociedade, farão parte de grupos e construirão o seu “eu”, suas identidades.

Dentro de cada sociedade as diferenças são acentuadas e a partir delas, surgem às hierarquias de sujeitos ou grupos. São criadas regras, normas a partir das hierarquias para o bom e contínuo funcionamento das mesmas. Assim se criam as formas e relações de poder existentes dentro de cada sociedade, que estipulam modos a serem seguidos por todos, moldando os sujeitos, criando papéis, pensamentos, comportamentos a serem seguidos, repassam, historicamente, regras através de discursos. Tais discursos repassados estipulam o que é “correto” ou “errado” dentro de cada sociedade, se diz o que se deve ou não fazer ou como se portar: padrões a serem seguidos são apresentados, acentuam-se assim as diferenças, e quem não segue a norma estipulada por determinada sociedade é considerado um “erro”. Com isso, gestos e palavras começam a ser banalizados e muitos são silenciados através da opressão física ou psicológica (FOUCAULT, 1988).

Toma-se como ponto de partida para o presente trabalho, uma dessas formas de poder, que é a escola, a instituição que é responsável pela educação dos sujeitos junto à família, e que no espaço da mesma, os sujeitos vão se constituindo e construindo-se. Busca-se então observar as representações e relações de poder presentes na escola, em relação às diferenças existentes nesse ambiente, dando principal atenção aos sujeitos que são “negados” pela sociedade, por serem diferentes do que se estipula como padrão na sociedade brasileira. Assim, como ponto de análise se perceberá como as diversidades sexuais e de gênero são debatidas no ambiente escolar.

A escola escolhida para ser observada foi a Escola de Ensino Médio Dr. Brunilo Jacó, que está localizada no Município de Redenção, interior do Ceará. Observaremos como as diferenças são constituídas e fixadas aos sujeitos presentes nesse ambiente escolar, se as diferenças são valorizadas ou negadas. Ainda, analisaremos os discursos dos estudantes em relação as diversidades sexuais e de gênero, e o debate sobre os mesmos. Também verificaremos se ocorre o debate sobre diversidade sexual e de gênero e, caso sim, se é dada

a devida importância: se abordam sobre o assunto dentro da sala de aula, se há palestras na escola sobre o assunto e, se ao falarem sobre diversidade sexual e de gênero, fogem do senso comum ou se recorrem ao mesmo.

O processo metodológico utilizado para o desenvolvimento deste trabalho se dá em um modelo de pesquisa qualitativa³, fundamentada em pesquisas bibliográficas, tendo como principal amparo teórico as obras de Michel Foucault *História da Sexualidade I: A vontade de saber* (1988), Guacira Lopes Louro *Gênero, Sexualidade e Educação. Uma perspectiva pós-estruturalista* (2003) e da Judith Butler *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade* (2003); também foram realizadas entrevistas semiestruturadas, bem como foi aplicado um questionário entre os/as alunos/as da Escola Dr. Brunilo Jacó.

GÊNEROS E SEXUALIDADES – NOTAS CONCEITUAIS

Cada sociedade é moldada historicamente, os seus valores e regras vão ser modificados em cada período histórico. A sociedade irá, a partir dos seus valores, estipular regras e padrões a serem seguidos, assim vão se criando estereótipos que definem tudo a todos. Cada sujeito dentro da sua sociedade vai ter que seguir o que lhe é estipulado e os que não seguem são considerados um “erro”, “anormal”, e por isso são excluídos da sociedade. Os sujeitos de uma determinada sociedade irão ser moldados a partir dos padrões impostos pela mesma, e quem não segue a esses padrões são excluídos, silenciados e sofrem sanções.

A maioria das sociedades regula suas regras e valores a partir do pensamento binário, de que existe uma grande, única e fixa separação biológica – o feminino e o masculino. Essa separação é feita de acordo com a genitália que cada sexo apresenta, seguem também o pensamento heteronormativo⁴, e por isso quem não segue a esse padrão de comportamento heterossexual acaba sendo considerado inferior, interferindo assim, na

³ Foi escolhido o método qualitativo, pelo interesse em observar, analisar e abordar mais profundamente a Escola Dr. Brunilo Jacó em relação ao debate sobre diversidade sexual e de gênero, fazendo um estudo de caso para responder questões de como e por que, a partir da análise dentro do contexto da escola. De acordo com Godoy (1995) a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte de dados, tendo como preocupação fundamental o estudo e análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Sendo assim a pesquisa qualitativa não é voltada para a representatividade numérica e sim com a compreensão de determinado assunto.

⁴ Refere-se à Heteronormatividade na qual: “Entenda-se heteronormatividade como a ideia de que a heterossexualidade é a forma “correcta” de orientação sexual, “a norma”. Dela deriva a posição de que todas as outras manifestações de desejo sexual seriam “anormais”. Os valores relativos à heteronormatividade penetram nas nossas ideias e pensamentos sobre a sexualidade e as relações sexuais de maneira geral”. (TIMBANA; MANHICE, 2012, p. 63, grifo do autor).

vida em sociedade de cada um, pois passam a não terem os mesmos direitos: suas falas, protestos são silenciados; e são obrigados a seguirem um padrão estipulado pelo modelo de sociedade heteronormativa.

Michel Foucault em seu livro *História da Sexualidade I: A vontade de Saber* (1988) relata como os estereótipos construídos a partir dos corpos começaram a se desenvolver, primeiramente através do sexo, determinando uma série de regras na sociedade, demandadas pelas formas de Poder, ou seja, as instituições presentes na sociedade, como o Estado, a igreja, a escola, família, etc., a partir das mesmas foram passados através de discursos pré-estipulados o que deveria ser feito nos corpos, como os sujeitos deveriam se comportar, pensar, falar, e a partir de então se criam sanções para quem não seguisse o estipulado. Trata-se, segundo Foucault, de um processo de disciplinamento.

Segundo Foucault (1988), a sexualidade é histórica e as formas de poder acabam multiplicando cada vez mais, discursos durante os séculos. Dessa forma há uma proliferação das sexualidades, onde cada um terá uma visão diferente da sexualidade e de suas diversas formas, dependendo do período e da sociedade em que se vive.

[...] A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder. (FOUCAULT, 1988, p. 116-117).

Foucault (1988) aborda que no final do século XVII até meados do século XIX, os corpos não possuem mais liberdade e a sexualidade passa a ser reprimida. A sexualidade é tirada das ruas e colocada dentro das famílias, passa a ser privada, é colocada de portas fechadas, no quarto do casal heterossexual, e o ato sexual passa a ser apenas para a reprodução, dessa maneira o casal heterossexual vira o modelo a ser seguido, e aqueles que fugissem a esse padrão sofreriam sanções por não respeitarem a norma estipulada. “E se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá este *status* e deverá pagar as sanções.” (FOUCAULT, 1988, p. 10, grifo do autor).

O intuito de se colocar a sexualidade como privada, e ter normas e padrões a serem seguidos, é para que se levasse a todos ao esquecimento e silêncio de todas as formas de sexualidades que não seguissem ao padrão estipulado. Foucault (1988) afirma que essas imposições da sociedade, passam a não ser uma forma de lei penal e sim uma repressão. A regra que deveria ser seguida era a de que não se deveria praticar atos ilegítimos (falar sobre sexo publicamente, ter relações sexuais com pessoas do mesmo sexo, etc.), as formas

não aceitas, consideradas “anormais”, deveriam ser levadas ao esquecimento, não poderiam existir. Qualquer ato ou fala sobre o “não correto” deveria ser punido.

[...] a repressão funciona, de certo, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber. (FOUCAULT, 1988, p. 10).

Mas ainda no século XIX, percebeu-se que a repressão não impedia que as pessoas continuassem a praticar sexualidades tidas como “errôneas”, assim as formas de poder mudam de tática e começam a implantar discursos, nos quais deveriam ser seguidos por todos e também reproduzidos, fazendo com que todos pensassem e agissem dentro da sociedade de acordo com o que as formas de poder queriam, mas de uma maneira que os sujeitos não percebessem que estavam sendo coagidos e que ainda estavam sendo reprimidos. As instituições passam então a incitar os discursos, que estipulavam o que todos deveriam fazer, como deveriam se portar nos determinados espaços públicos e privados, como e o que deveriam falar. Os discursos são postos no cotidiano de todos, fazendo com que os sujeitos comesçassem a segui-los e a reproduzi-los. Com a recorrência, seriam considerados como naturais, portanto. Dessa forma, de uma maneira imperceptível, ainda havia interdições, reprimindo e silenciando as maneiras consideradas “erradas”, como ilustram as descrições abaixo de Foucault (1988):

[...] somente necessidades precisas – urgências de natureza econômica, utilidades políticas – poderiam suprimir essa interdição e possibilitar alguns acessos ao discurso sobre o sexo, mas sempre limitados e cuidadosamente codificados; falar tanto de sexo, organizar tantos dispositivos insistentes para fazer falar dele, mas sob estritas condições, não é a prova de que ele permanece secreto e que se procura, sobretudo, mantê-lo assim? (p. 41).

Os discursos então são criados em favor dos mecanismos de poder, que se exercem, nos mais variados campos das relações sociais, dentro das famílias, escolas, na vizinhança, entre outros. Assim as relações de poder impunham dentro da sociedade regras de controles, estereótipos e, a partir disso, preconceitos. Os mecanismos de poder ditam o que é certo e errado, separam o lícito do ilícito, criam regras de conduta e de falas. As relações de poder transformam os discursos em algo “inerente”, acabam fazendo com que os sujeitos na sociedade acreditem que sempre foi assim e deve-se seguir o que é dito. Começa-se uma vigilância das pessoas sobre as outras, os julgamentos; e a partir disso os sujeitos começam a reprimir a si mesmo e aos outros, de modo que os discursos mostram e acentuam as diferenças, tornando-as evidentes, e assim a partir dos julgamentos do que é “errado” ou “certo”, começa-se a excluir os sujeitos que fogem do que é estipulado: “[...] tais discursos sobre o sexo não se multiplicaram fora do poder ou contra ele, porem lá onde

ele se exercia e como meio para seu exercício; [...]” (FOUCAULT, 1988, p. 39).

Foucault (1988, p. 43) relata que “através de tais discursos multiplicaram-se as condenações judiciais das perversões menores, anexou-se a irregularidade sexual à doença mental”. Em um sistema centrado no casal heterossexual e no laço do matrimônio, nos discursos dos séculos XVIII e XIX, as práticas sexuais e dos prazeres apontam como regra a monogamia heterossexual; o que foge da norma, as pessoas com “estranhos desejos”, como a infidelidade e a homossexualidade, iam ao médico para “relatar” o que sentiam e ao juiz para julgarem sua “doença”:

[...] Na lista dos pecados graves, separados somente por sua importância, figuravam o estupro (relações fora do casamento), o adultério, o rapto, o incesto espiritual ou carnal, e também a sodomia ou a “carícia” recíproca [...] Na ordem civil como na ordem religiosa o que se levava em conta era um ilegalismo global. Sem dúvida, o “contra-a-natureza” era marcado por uma abominação particular. Mas era percebido apenas como uma forma extrema do “contra-a-lei”; também infringia decretos tão sagrados como os do casamento e estabelecidos para reger a ordem das coisas e dos seres. As proibições relativas ao sexo eram, fundamentalmente, de natureza jurídica. (FOUCAULT, 1988, p. 45, grifo do autor).

A homossexualidade passa a ser vista como uma figura da sexualidade, pois foi considerada não mais apenas como uma prática da sodomia (o ato sexual com a pessoa do mesmo sexo), visto apenas como um criminoso, mas passou a ser vista como uma espécie, como uma “androgenia interior, um hermafroditismo da alma”: “[...] o sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie.” (FOUCAULT, 1988, p. 51). A homossexualidade é vista como algo que pode ser entendido pela medicina e que está no interior de cada um, como Foucault (1988) aborda, é algo que vai estar evidentemente na face e no corpo de cada um, que não pode ser escondido, pois é a realidade, uma natureza singular.

Esta nova caça às sexualidades periféricas provoca a *incorporação das perversões e nova especificação dos indivíduos*. A sodomia – a dos antigos direitos civil ou canônico – era um tipo de ato interdito e o autor não passava de seu sujeito jurídico. O homossexual do século XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo já que é um segredo que se trai sempre [...]. (FOUCAULT, 1988, p. 50, grifo do autor).

Segundo Foucault (1988), se tem um “mundo da perversão”, contra todos aqueles que infringissem a lei moral ou legal, para essas pessoas a vida passou a ser mais difícil, pois eram vistos como diferentes, considerados, “esquisitos”, “anormais”, “doentes”. E até nos dias atuais, ainda existem diversas pessoas que são perseguidas pelas leis, julgadas pela

sociedade, tidas como um “erro”, presas muitas vezes, nem sempre em prisões, mas dentro das suas próprias casas, dos seus espaços particulares⁵, isso porque a sociedade ainda não aceita completamente as diversas sexualidades e identidades de gênero. “A sociedade ‘burguesa’ do século XIX e sem dúvida a nossa, ainda, é uma sociedade de perversão explosiva e fragmentada [...]” (FOUCAULT, 1988, p. 54).

Em Foucault, o poder não vai ser apenas o que nega os sujeitos, coercitivo e inibidor, ele também vai incitar e produzir, como ressaltado nos parágrafos acima, as relações de poder utilizavam-se da coerção para terem o controle sobre os sujeitos. (MACHADO, 1993, p. XVI, apud LOURO, 2003, p. 40, grifos do autor) irá dizer que Foucault faz observarmos que “o poder produz sujeitos, fabrica corpos dóceis, induz comportamentos, “aumenta a utilidade econômica” e “diminui a força política” dos indivíduos”.

Foucault desorganiza as concepções convencionais – que usualmente remetem à centralidade e à posse do poder – e propõe que observemos o poder sendo exercido em muitas e variadas direções, como se fosse uma rede que, “capilarmente”, se constitui por toda a sociedade. Para ele, o poder deveria ser concebido mais como “uma estratégia”; ele não seria, portanto, um privilégio que alguém possui (e transmite) ou do qual alguém se “apropria”. (FOUCAULT, 1988, p. 29 apud LOURO, 2003, p. 38).

Foucault (1988) traz explicações de como discursos criados pelas relações de poder, estipularam todo um conjunto de regras dentro das sociedades, criando preconceitos por tornar evidente as diferenças e colocar o que seria “certo” e “errado” a se seguir, tendo no centro de todas as regras, discursos e interdições, *o sexo*. Partindo agora para a categoria gênero, e utilizando como fonte teórica a autora Guacira Lopes Louro (2003), se verifica que, para compreender o lugar e as relações entre homens e mulheres na sociedade, é importante observar não apenas os seus sexos – feminino e masculino, mas o que socialmente foi construído sobre os mesmos, e para esse debate surge então o conceito *gênero*.

Louro (2003) aborda que há perspectivas, onde se coloca que as relações entre homens e mulheres se dão a partir das distinções entre ambos, ou seja, remetendo-as exclusivamente às características biológicas, tanto em uma linguagem “científica” (levando em conta como parâmetro a biologia dos indivíduos), como no senso comum, a distinção biológica, ou seja, a distinção sexual de cada indivíduo irá justificar a desigualdade de gênero.

⁵ Como exemplo, temos o trabalho de Eve Kosofsky Sedgwick, “A epistemologia do armário” (2007), no qual a autora reflete sobre o “armário” enquanto um dispositivo de regulação de gays e lésbicas, o qual representaria, também, a hegemonia de valores heterossexuais.

[...] O argumento de que homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre ambos decorre dessa distinção, que é complementar e na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente, acaba por ter o caráter de argumento final, irrecorrível. (LOURO, 2003, p. 20-21).

Louro (2003) relata que é necessário ter argumentos para contrapor essas ideias, da desigualdade do feminino e masculino equivaler especificamente à distinção sexual, é preciso demonstrar que não são apenas as características sexuais que irão constituir o feminino e masculino, mas como essas características são representadas e valorizadas, o que se pensa e fala sobre essas características é que de fato irão definir o feminino e o masculino em uma determinada sociedade e em um dado momento histórico. E, assim, para se tirar o caráter exclusivo do uso de termos como “diferença sexual”, as feministas trazem o termo gênero, no qual vai estar atento ao social, pois será nesse campo que irão ocorrer e se reproduzir as desigualdades entre os sujeitos. O conceito gênero não irá romper com o lado biológico do sexo, mas apenas implementar, mostrando a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas, mostrando que as desigualdades não devem ser explicadas pelas diferenças biológicas dos sujeitos, mas pelas histórias, pelas representações, e pelas relações sociais. “O conceito pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou, então, como são “trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico”.” (LOURO, 2003, p. 22, grifo do autor).

Como o conceito gênero afirma o caráter social do feminino e masculino, aquele/a que o utiliza deve levar em consideração a sociedade da qual está falando e o determinado período histórico. Segundo Louro (2003), o gênero é um processo, uma construção, não algo previamente delimitado. O conceito gênero passa a exigir se pensar de modo plural, mostrando que as representações sobre os homens e mulheres são diversas, as concepções do conceito se diferem não apenas nos momentos históricos, ele difere também dentro das sociedades, a partir dos diferentes grupos que as constituem, como classe, etnia, raça, religião, etc.

É preciso atenção ao falar sobre o conceito gênero, pois muito se acha que o mesmo é usado para os papéis que o feminino e masculino assumem de acordo com cada sociedade. O gênero vai muito além de papéis pré-estipulados pela sociedade para os sexos, ao delimita-lo a isso, Louro (2003) diz que é uma concepção redutora e simplista, pois não se falaria das múltiplas formas que podem assumir as feminilidades e as masculinidades, como também se deixaria de fora a complexa rede das relações de poder, que através das instituições, dos discursos, dos símbolos, dos códigos e práticas, constituem hierarquias

entre os gêneros. Os homens e as mulheres não são criados pelos mecanismos de censura e repressão, mas sim através das relações e práticas sociais, que instituem gestos, falas, pensamentos, modos de ser e de estar no mundo, dessa forma Louro (2003, p. 41) afirma que “os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder”.

Dessa forma é preciso entender o conceito gênero, como constituinte da identidade dos sujeitos, assim como quaisquer outras identidades, como classe, raça, etc.:

[...] compreendemos os sujeitos como tendo identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias. Assim, o sentido de pertencimento a diferentes grupos – étnicos, sexuais, de classe, de gênero, etc. – constitui o sujeito e pode levá-lo a se perceber como se fosse “empurrado em diferentes direções”. (LOURO, 2003, p. 24-25, grifo do autor).

Não seria como se os gêneros fossem criados e estabelecidos como algo dado, a todos pelas formas de poder, o gênero enquanto identidade, é tanto constituinte do sujeito, fazendo parte do mesmo, como também é constituinte das instituições e práticas sociais, as mesmas são atravessadas pelo gênero:

Busca-se compreender que a justiça, a igreja, as práticas educativas ou de governo, a política, etc. são atravessadas pelos gêneros: essas instâncias, práticas ou espaços sociais são “generificados” – produzem-se, ou “engendram-se”, a partir das relações de gênero (mas não apenas a partir dessas relações, e sim, também, das relações de classe, étnicas, etc.).

Louro (2003) irá dizer que Foucault só foi capaz de traçar uma História da Sexualidade, porque compreendeu a sexualidade como uma “invenção social”, entendendo que ela se constituiu pelos múltiplos discursos produzidos sobre o sexo, discursos esses que são a norma, que regularizam os sujeitos, que instauram saberes e “verdades”. Os sujeitos irão constituir as suas identidades sexuais, a partir das formas de como vivem sua sexualidade, seja com parceiros/as do sexo oposto, do mesmo sexo, ou de ambos os sexos, ou até mesmo sem parceiros, e da mesma forma os sujeitos vão se construir socialmente e historicamente como femininos ou masculinos e a partir disso irão construir as suas identidades de gênero. Não vai haver um momento determinado no qual os sujeitos estabelecem sua identidade de gênero e sua identidade sexual, as identidades estão sempre se constituindo, elas não são fixas, são instáveis e por isso passíveis de transformação.

Sujeitos masculinos ou femininos podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais (e, ao mesmo tempo, eles também podem ser negros, brancos, ou índios, ricos ou pobres, etc). O que importa aqui considerar é que – tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade – as identidades são sempre *construídas*, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento. (LOURO, 2003, p. 27, grifo do autor).

Nenhuma identidade sexual – mesmo a mais normativa – é automática, autêntica, facilmente assumida; *nenhuma* identidade sexual existe sem negociação ou construção. Não existe, de um lado, uma identidade heterossexual lá fora, pronta, acabada, esperando para ser assumida e, de outro,

uma identidade homossexual instável, que deve se virar sozinha. Em vez disso, toda identidade sexual é um constructo instável, mutável e volátil, uma *relação social* contraditória e não finalizada (BRITZMAN, 1996, p. 74, grifo do autor, apud LOURO, 2003, p. 27).

Louro (2003) irá dizer que as formas de sexualidade e de gênero, afetam umas às outras, e dessa forma as identidades de gênero e as identidades sexuais irão se construir em relações. As diversas identidades dos sujeitos se interferem mutuamente, se articulam, elas podem ser contraditórias, podem ter diferentes posições, pois os sujeitos são ao mesmo tempo, homens e mulheres, de determinada sexualidade, classe, nacionalidade, etnia, fazem parte ou não de uma determinada religião e partido político, essas diferentes posições se mostram conflitantes até mesmo para os próprios sujeitos, o que os faz oscilar, e se perceber de distintos modos:

Como lembra Avtar Brah (1992, p. 137), essas diferentes “estruturas” (ou, se preferirmos, esses vários “marcadores” ou categorias) – classe, raça, gênero, sexualidade – “não podem ser tratadas como ‘variáveis independentes’, porque a opressão de cada uma está inscrita no interior da outra – é constituída pela outra e constituinte da outra”. (LOURO, 2003, p. 54, grifo do autor).

A partir da separação dicotômica entre feminino e masculino, a sociedade interfere na vida dos sujeitos mostrando aqueles que são considerados “superiores”, por seguirem a lógica que a sociedade impõe, criando dessa forma uma hierarquia entre os sexos, os gêneros e as sexualidades.

Em nossa sociedade, devido à hegemonia branca, masculina, heterossexual e cristã, têm sido nomeados e nomeadas como diferentes aqueles e aquelas que não compartilham desses atributos. A atribuição da diferença é sempre historicamente contingente – ela é dependente de uma situação e de um momento particulares. (LOURO, 2003, p. 50).

Com a lógica do binarismo, e do heterossexual, o homem heterossexual é o padrão dos “discursos legitimados”, o masculino é o que vai prevalecer, estando sempre em evidência, às mulheres são silenciadas e tidas como inferiores, o lugar do feminino e do masculino é dado pelo binarismo como “natural” e imutável, que sempre foi assim e deve continuar assim. Ao definir o feminino e o masculino como uma ideia singular, todas as outras formas que fogem desse padrão são excluídas socialmente, e também são silenciadas, como por exemplo, os homossexuais, no qual a sociedade os/as considera como o “homem afeminado” e a “mulher masculinizada”. Louro (2003) mostra a necessidade da desconstrução da rígida polarização dos gêneros, pois é importante perceber que o feminino e masculino são fragmentados e divididos:

Mulheres e homens, que vivem feminilidades e masculinidades de formas diversas das hegemônicas e que, portanto, muitas vezes não são representados/as ou reconhecidos/as como “verdadeiras/verdadeiros” mulheres e homens, fazem críticas a esta estrita e estreita concepção binária. (LOURO, 2003, p. 34, grifo do autor).

Ao aceitarmos que a construção do gênero é histórica e se faz incessantemente, estamos entendendo que as relações entre homens e mulheres, os discursos e as representações dessas relações estão em constante mudança. Isso supõe que as identidades de gênero estão continuamente se transformando. (LOURO, 2003, p. 35).

Em relação às diferenças de sexualidade e gênero relacionadas à educação escolar Louro (2003) aborda que a escola não só entende das diferenças e desigualdades como também as produz. Louro (2003) aborda que a escola delimita os espaços para os sujeitos que a frequentam, através de símbolos e códigos, ela estipula o lugar de cada sujeito, o que cada um pode ou não fazer, o lugar dos meninos e das meninas, aponta aqueles/as que deverão ser os modelos a serem seguidos, fazendo com que os sujeitos pertençam ou não a esses modelos, fazendo dessa forma com que aqueles que não seguem o modelo, sejam excluídos.

As instituições nas sociedades estipulam modos que os sujeitos devem seguir, regras e padrões, que são colocados a todos como “natural”. A escola por ser uma instituição da sociedade, acaba muitas vezes repassando os discursos “naturalizados”, e fazendo com que os sujeitos presentes nesse ambiente possam aprende-los e interioriza-los. “Sob novas formas, a escola continua imprimindo sua “marca distintiva” sobre os sujeitos. Através de múltiplos e discretos mecanismos, escolarizam-se e distinguem-se os corpos e as mentes”. (LOURO, 2003, p. 62). As lições passadas na escola, o ensino do que pode ou não se fazer, o que falar e o que não falar, como agir, como se perceber a si mesmo e ao outro/a, todas as lições são atravessadas pelas diferenças e são as lições também que irão confirmar e produzir as diferenças, e os sujeitos do meio escolar não são apenas meros receptores dessas lições e discursos, eles se envolvem e são envolvidos nessas aprendizagens.

Ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a *preferir*. Todos os sentidos são treinados, fazendo com que cada um e cada uma conheça os sons, os cheiros e os sabores “bons” e decentes e rejeite os indecentes; aprenda o que, a quem e como tocar (ou, na maior parte das vezes, não tocar); fazendo com que tenha algumas *habilidades* e não outras... E todas essas lições são atravessadas pelas diferenças, elas confirmam e também produzem diferença. Evidentemente, os sujeitos não são passivos receptores de imposições externas. Ativamente eles se envolvem e são envolvidos nessas aprendizagens – reagem, respondem, recusam ou as assumem inteiramente. (LOURO, 2003, p. 61, grifo do autor).

A escola acaba muitas vezes contribuindo para que as formas que fogem do padrão estipulado como o “correto” na sociedade sejam silenciadas. Os homossexuais na maioria das vezes são silenciados pela instituição escolar, como uma maneira de continuar mantendo a “norma”, e essa negação sobre os homossexuais faz com que os mesmos sofram preconceitos e se sintam indesejados. E muitas vezes a escola não fala sobre o

assunto porque muitos acham que afetará a formação das famílias, que afetará a formação do indivíduo, como se apenas pelo fato de se falar da homossexualidade o sujeito “virasse um homossexual”⁶. O silenciamento vai acabar mostrando a todos que o ser “diferente” do que é estipulado como a norma é “errado”, e a partir daí vão surgir às violências, sejam elas físicas ou psicológicas.

Ao não se falar a respeito deles e delas, talvez se pretenda “eliminá-los/as”, ou, pelo menos, se pretenda evitar que os alunos e as alunas “normais” os/as conheçam e possam desejar-los/as. Aqui o silenciamento – a ausência da fala – aparece como uma espécie de garantia da “norma”. A ignorância (chamada, por alguns, de *inocência*) é vista como a mantenedora dos valores ou dos comportamentos “bons” e confiáveis. A negação dos/as homossexuais no espaço legitimado da sala de aula acaba por confiná-los às “gozações” e aos “insultos” dos recreios e dos jogos, fazendo com que, deste modo, jovens gays e lésbicas só possam se reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos. (LOURO, 2003, p. 67-68, grifo do autor).

Ora, se a identidade heterossexual fosse, efetivamente, natural (e, em contrapartida, a identidade homossexual fosse ilegítima, artificial, não natural), por que haveria a necessidade de tanto empenho para garanti-la? Por que “vigiar” para que os alunos e alunas não “resvalém” para uma identidade desviante? Por outro lado, se admitimos que *todas* as formas de sexualidade são construídas, que todas são legítimas, mas também frágeis, talvez possamos compreender melhor o fato de que diferentes sujeitos, homens e mulheres, vivam de vários modos seus prazeres e desejos. (LOURO, 2003, p. 81-82, grifo do autor).

Segundo Butler (2003) os sujeitos são formados pelos domínios da representação. E tendo como parâmetro Foucault, ela diz que o mesmo observa que os sistemas jurídicos de poder irão produzir os sujeitos, os mesmos regulam os sujeitos, nos quais são definidos e reproduzidos de acordo com que esses sistemas querem que seja, fazendo com que os sujeitos reproduzam o que querem através de proibições, regulamentações, etc. Dessa forma a construção política dos sujeitos é vinculada à legitimação e à exclusão, só que essas operações são ocultas e naturalizadas pelo sistema jurídico.

Butler (2003) aborda as mesmas questões que Guacira Lopes Louro, que “Se alguém é uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é”. (p. 20), alguém não vai apenas ser mulher, pois o gênero é estabelecido através de várias intersecções entre as outras identidades e também não é fixo, pois ele nem sempre se estabeleceu de maneira coerente e consistente nos diferentes contextos históricos.

⁶ A bancada evangélica no congresso, impede muitas vezes que se criem projetos para serem desenvolvidos na escola do país abordando as sexualidades e gêneros, como exemplo disso, na matéria do Jornal Folha de S. Paulo diz que: “Horas antes de o MEC (Ministério da Educação) divulgar documento que subtraía expressões “identidade de gênero” e “orientação sexual” da base nacional curricular, o presidente Michel Temer recebeu deputados da Frente Parlamentar Evangélica no Palácio do Planalto. O grupo tinha uma meta: convencer Teme do quão “absurda” era “a pedagogia que busca impor uma teoria com base sociológica que desconsidera a realidade biológica das crianças e adolescentes”.”.

De acordo com Butler (2003) ao questionar o binarismo (a formulação de que a biologia é o destino), vai surgir o gênero que difere do sexo, pois enquanto o sexo é mostrado pelo binarismo como uma categoria fixa e definida, o gênero não é fixo e sim mutável. Pelo gênero e o sexo se diferirem e o gênero fazer parte da constituição dos sujeitos, vai haver várias masculinidades e várias feminilidades, a construção de “homens” não vai se aplicar exclusivamente aos corpos masculinos, da mesma forma que a construção de “mulheres” não irá se aplicar apenas a corpos femininos. Assim, o gênero não reflete o sexo e nem é por ele restrito.

Quando o *status* construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que *homem* e *masculino* podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e *mulher* e *feminino*, tanto um corpo masculino como um feminino. (BUTLER, 2003, p. 24-25, grifos do autor).

Butler (2003), a partir da teoria de Simone Beauvoir, irá explicar o gênero como diverso e plural:

Simone de Beauvoir sugere, em *O segundo sexo*, que “a gente não nasce mulher, torna-se mulher”. Para Beauvoir, o gênero é “construído”, mas há um agente implicado em sua formulação, um *cogito* que de algum modo assume ou se apropria desse gênero, podendo, em princípio, assumir algum outro. (BUTLER, 2003, p. 26-27, grifos do autor).

Dessa forma o gênero é volátil e mutável, segundo Butler (2003) ao explicar a teoria de Beauvoir, diz que o “ser” que se torna mulher não é necessariamente feminino, assim o gênero não corresponderia ao sexo, mostrando-se não como uma categoria instável, mas sim que está em constante transformação, o gênero é constituinte do sujeito assim como todas as suas outras identidades, dependendo de todos os significados adquiridos pelo mesmo em sua vida.

Butler (2003) aborda que os discursos sobre os gêneros, são muitas vezes limitados, pois as análises discursivas irão pressupor e definir as possibilidades e as configurações realizadas do gênero na cultura, o discurso sobre o gênero é condicionado por uma lógica do discurso cultural hegemônico, que é baseado nas estruturas binárias e que se apresentam como universal e “natural”, dessa forma “a coerção é introduzida naquilo que a linguagem constitui como o domínio imaginável do gênero”. (BUTLER, 2003, p. 28).

Os três autores/as abordam sobre como cada sujeito é construído em sociedade e se constitui nas suas relações sociais, percebe-se que o meio interfere no sujeito, assim também como o sujeito interfere no seu meio. Foucault (1988), Louro (2003) e Butler (2003) têm como ponto de debate as identidades sexuais e as identidades de gênero,

fazendo percebermos que as mesmas estão em uma estreita relação, conduzem e são conduzidas pelas formas de poder, pelas instituições sociais.

A escola como uma instituição, acaba repassando para os sujeitos na maioria das vezes, os discursos estipulados dentro da sociedade como o “correto”, mas a mesma também pode ser um local de mudança, trazendo novas formas de discursos, saindo do senso comum, mostrando outros pontos de vistas e outras perspectivas sobre determinado assunto. A escola acaba algumas vezes contribuindo para criar preconceitos, mas ela também poderia desconstruir, no entanto, é um longo caminho a ser percorrido, pois os sujeitos que fazem parte da escola já trazem sua bagagem cultural e seus estereótipos construídos, então primeiro teria que partir de uma mudança no pensamento daqueles que estão à frente da instituição, se não parte do governo, pode partir do próprio núcleo gestor, dos professores ou até mesmo dos próprios alunos, lutando para que formas de preconceito e estereótipos sejam rompidos.

RELATOS E DISCUSSÕES

A escola escolhida para análise foi à escola de Ensino Médio Dr. Brunilo Jacó, localizada no município de Redenção, interior do Estado do Ceará. A escola foi escolhida pelo fato de ser o meu local de estágio, e nas conversas com os alunos, verificou-se que havia pouco debate sobre diversidade sexual e de gênero e alguns alunos mostravam interesse em debater e saber mais sobre o assunto, mas a escola abordava pouco sobre tal temática. Dessa forma, buscou-se descobrir se realmente havia pouco debate sobre diversidade sexual e de gênero, bem como os motivos: seria por falta de interesse dos professores e gestores da escola ou dos próprios alunos?

A escola conta com 711 alunos, divididos em 18 turmas, sendo 7 turmas de 1º ano, 6 turmas de 2º ano e 5 turmas de 3º ano. Quanto ao núcleo de administração pedagógica, a escola possui um diretor e dois coordenadores pedagógicos. As ferramentas metodológicas utilizadas para a coleta de dados foram, a observação do ambiente escolar, conversas informais com os alunos, entrevistas semiestruturadas e a aplicação de questionários, e para a coleta dessas informações foi utilizado um caderno de notas.

A entrevista semiestruturada foi escolhida por possibilitar uma maior flexibilidade para que fossem explorados outros questionamentos que surgissem durante a entrevista para, dessa forma, ter uma conversa mais livre com os entrevistados, mas com temas

delimitados. Foi realizada entrevista com o ex-diretor da escola que, em abril de 2018, passou a ser o coordenador pedagógico, e com o professor da disciplina de sociologia.

Os questionários foram aplicados em turmas de 1º, 2º e 3º anos, escolhidas aleatoriamente. O questionário foi composto por 35 perguntas - objetivas e subjetivas, no qual, haviam perguntas sobre diversidade sexual e de gênero na escola, se eram feitos debates, quem eram os professores e disciplinas que falavam sobre o tema, etc. Também havia perguntas envolvendo temas sobre preconceito, sobre mulheres, homossexuais, travestis e transexuais. Além de perguntas pessoais sobre identidades sexuais, identidades de gênero e religião. Participaram do questionário 99 alunos/as, e 15 alunos/as não quiseram participar da pesquisa.

Os alunos/as que participaram têm idade entre 15 a 20 anos. 50 pessoas são do sexo feminino e 49 pessoas do sexo masculino. Dos alunos e alunas que participaram do questionário, 83 são heterossexuais, 6 homossexuais e 7 bissexuais, desses/as 4 são do sexo feminino e 3 do sexo masculino, 3 pessoas preferiram não dizer sua orientação sexual. Quanto à identidade de gênero, 49 pessoas se identificaram como mulheres, 42 se identificaram como homens, uma pessoa travesti e os outros 4 como gays, 3 pessoas preferiram não dizer sua identidade de gênero. Em relação a religião dos participantes, 55 pessoas disseram ser Católicas, 20 pessoas Evangélicas, 1 Testemunha de Jeová, 1 Espirita, e 13 disseram não ter nenhuma religião, 9 preferiram não responder.

Percebeu-se que na escola ainda há alguns tipos de preconceitos, relacionados aos papéis sociais criados para os sexos dos indivíduos, que delimitam modos de se portar para as mulheres e para os homens, baseado nos relatos dos estudantes que disseram: “o futebol é para homens e não para as mulheres”; “tem esportes que exigem muita força física e resistência, na qual mulheres não podem” (estudantes do sexo masculino); “Vôlei para as mulheres e futebol para meninos” (estudante do sexo feminino). Alguns alunos e alunas ainda não concordam com as mulheres jogarem futebol por dizerem que esse jogo é apenas para pessoas do sexo masculino e não aceitam alguns homens não saberem jogar futebol, e os mesmos acabam sofrendo violências psicológicas por meio do que chamam de “brincadeiras”, mas que na verdade acaba sendo uma forma de preconceito e repressão. Como Louro (2003, p. 74, grifo do autor) aborda: “A ideia de que as mulheres são, fisicamente, menos capazes do que os homens possivelmente ainda é aceita [...] Mais uma vez se consagra a ideia que o feminino é um desvio construído *a partir* do masculino”. Louro (2003) ainda diz que: “para vários homens, praticar esportes durante a vida escolar

era considerado como “natural”, “instintivo”, e o seu oposto, ou seja, não praticá-lo, era visto como um indicador de que “algo está (ou estava) errado”, já que o esporte é “parte da existência” masculina”. (p. 74, grifo do autor).

A sociedade acaba estipulando papéis sociais aos gêneros, isso levando em consideração apenas o sexo dos indivíduos. Cada pessoa nasce com um determinado sexo, feminino ou masculino e a sociedade repassa que dependendo do sexo da pessoa ela deve se vestir, se comportar e agir de um determinado jeito; e as pessoas que não seguem esse padrão imposto, e não seguem o papel social definido através do sexo acabam sendo reprimidos. Segundo Jaqueline Gomes de Jesus (2012):

Crescemos sendo ensinados que “homens são assim e mulheres são assado”, porque “é da sua natureza”, e costumamos realmente observar isso na sociedade [...] a sociedade em que vivemos dissemina a crença de que os órgãos genitais definem se uma pessoa é homem ou mulher. Porém, a construção da nossa identificação como homens ou como mulheres não é um fato biológico, é social. (p. 7-8, grifo do autor).

Muitos ao pensarem através da lógica do binarismo e senso comum acabam não aceitando aqueles que não se enquadram nesse padrão ditado pela sociedade, agindo de formas preconceituosas, como é o caso de alguns alunos/as da escola Dr. Brunilo Jacó. Percebe-se que esses jovens continuam com os mesmos pensamentos que foram passados a eles na infância pelos seus pais, de que “homem joga bola”, “mulher brinca de boneca”, e isso faz com que muitos cheguem à idade adulta com esse tipo de pensamento, por considerá-lo como “natural”.

O senso comum, os discursos repassados pela sociedade, é o que está mais presente na vida de cada um, no grupo de amigos, na família, na rua, por isso se torna de extrema importância que a escola, como um local onde se adquire conhecimentos, demonstre que o tido como “natural”, não é tão natural assim. Como foi colocado por Louro (2003) o sexo está numa estreita relação com o gênero, mas não se pode delimitar um ao outro. E é o que ocorre com alguns professores e alunos, por não conhecerem sobre o assunto, não discutem sobre conceitos envolvendo a diversidade sexual e de gênero, acabam apenas levando em consideração o senso comum, o que é dito pela sociedade. É importante explicar aos alunos os conceitos e mostrar que uma mulher e um homem não podem ser definidos por papéis sociais impostos historicamente.

A sociedade estipula esses papéis sociais através dos discursos passados pelas formas de poder, dessa forma tanto a escola, como a igreja e família acabam muitas vezes reproduzindo esses discursos, e os mesmos acabam sendo “naturalizados”. Assim, é muito difícil mudar certos tipos de pensamento no qual tem como certo o padrão estipulado como

“correto” pela sociedade. E apesar de grupos de mulheres, LGBTs lutarem pelo seu lugar na sociedade e terem, através dessas lutas, conseguido alguns direitos, a sociedade continua reprimindo, continua silenciando e algumas instituições, mais que outras, continuam passando formas e estereótipos como os “corretos” a serem seguidos.

Por muitos alunos/as seguirem como o correto o padrão imposto pela sociedade, do casal heterossexual, e o homem como o centro, muitos não concordam com a mudança dos papéis femininos e não concordam com o casamento homossexual. Das 99 pessoas, 28 não concordaram com o fato de a mulher trabalhar fora e o homem ajudar a cuidar da casa, como ilustra as citações a seguir: “porque quem tem que trabalhar pra sustentar a esposa é o marido” (mulher, heterossexual, evangélica); “porque os homens tem mais força para trabalhar, uma mulher não tem a mesma força que um homem tem” (homem, heterossexual, católico); “porque o homem é o cabeça da casa tem que trabalhar pra poder sustentar a família” (homem, heterossexual, católico); “pois, a bíblia fala que o homem é o cabeça da mulher e ele que deve sustentar os seus” (homem, heterossexual, testemunha de jeová).

E sobre o casamento homossexual, 24 pessoas foram contra, nesse caso foi principalmente por princípios religiosos, por acharem que o correto é a heterossexualidade, como demonstram as citações a seguir: “não, porque Deus fez um homem pra mulher e eu não concordo com isso!” (mulher, heterossexual, evangélica); “pelo fato de eu seguir os ensinamentos bíblicos, se já é legalizado perante a lei, já é escolha deles, mas no religioso NÃO, pelo fato de termos mandamento e princípio, que discordam da prática” (mulher, heterossexual, evangélica); “não porque eu acho que não é certo homem casar com homem. Porque Deus fez o homem para a mulher e não o homem para o homem”; (mulher, heterossexual, evangélica); “não concordo já acho exagero, por que existem as mulheres então?” (mulher, heterossexual, evangélica); “não porque eu acho isso muito errado, Jesus fez o homem para mulher e não o homem para homem” (homem, heterossexual, católico); “porque se nasceu homem tem que ser homem e se nasceu mulher tem que ser mulher” (homem, heterossexual, evangélico); “pois a bíblia diz que Deus criou o homem e a mulher, e que eles deveriam encher a terra, e duas pessoas do mesmo sexo não têm a capacidade de reproduzirem de forma natural, indo assim contra o propósito de Deus” (homem, heterossexual, Testemunha de Jeová).

Todos os alunos/as que responderam ao questionário são contra atos de violência física e psicológica contra as mulheres, homossexuais, transexuais e travestis. Mas apesar disso, muitos acabam cometendo atos de violência psicológica contra seus colegas, através de xingamentos e gozações que eles/as consideram como “brincadeiras”, e não reconhecem

como violência psicológica.

Verificou-se através das observações e comentários dos alunos de que há violências psicológicas que são praticadas no ambiente escolar, e acontecem todos os dias, preconceitos baseados principalmente na orientação sexual: são gozações, xingamentos, tidos como “brincadeiras”, mas que afetam aquelas pessoas que sofrem esse tipo de violência. Das pessoas que responderam ao questionário, apenas 7 pessoas disseram que sofreram preconceito, dentre elas, 3 homossexuais que relataram: “ao chegar na escola passei por muitos preconceitos por ser gay, eu não podia passar por meninos “heterossexuais” que eles ficavam me xingando pela minha opção sexual”, “ser chamado, viado, bicha, os olhares”; 3 bissexuais que disseram ter sofrido preconceito “por conta do meu cabelo cacheado”, “por não me encaixar nos padrões de masculinidade”; e 2 mulheres, uma relatou que: “muitas pessoas me olhavam como uma pessoa lésbica, até chegaram a se afastar por conta disso.”.

Quarenta pessoas viram colegas sofrerem preconceito pela orientação sexual e/ou gênero, essas disseram que, o preconceito ocorria principalmente pelo fato das pessoas serem homossexuais, como ilustra os relatos a seguir: “já vi alunos falando e humilhando pessoas que se declararam gays”; “pela pessoa ser homossexual fica com brincadeira e xingamento”; “um amigo ele é homossexual e vi muitas vezes ele ser chamado de “viado””; “meus colegas, um por conta que é gay outra porque é lésbica, isso é muito difícil para eles, pelas pessoas não aceitarem como eles são”; “eu tenho amigos(a) que são gays e bissexuais, que sofrem com o preconceito de algumas pessoas na escola, e eles(a) acabam se escondendo e evitando as amizades por conta disso”; “de forma psicológica, ou seja, brincadeiras e comentários sem respeito”.

Com esses relatos se torna evidente que a escola Dr. Brunilo Jacó tem muitos alunos que têm preconceito contra outros, simplesmente pelo fato da orientação sexual e/ou gênero. A violência psicológica está presente na escola, mas não é relatada para a direção e coordenação, que segundo o ex-diretor, em oito anos enquanto ele esteve à frente da escola, não foi relatado nenhum caso de violência física ou psicológica pela orientação sexual e de gênero. As agressões verbais, como alguns relatos demonstram, acabam afetando a vida daqueles que sofrem essas agressões, tendo medo de formar novas amizades e andar à vontade pela escola. A violência psicológica reprime e acaba inibindo quem dela é vítima, e dessa forma homossexuais, bissexuais são silenciados e são obrigados a conviver com desrespeitos, medos e inseguranças.

A maioria dos alunos/as que responderam ao questionário disseram que há pouco debate na escola sobre diversidade sexual e de gênero. Esses debates segundo os estudantes acontecem principalmente pela iniciativa de alunos e professores da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), os quais fazem palestras envolvendo o tema e ofertam minicursos. O diretor da escola disse que sempre esteve de portas abertas para a UNILAB e tem uma grande parceria, disse que apesar de não ter nenhum projeto especificamente da escola voltado à população LGBT, na escola já foram ofertadas várias palestras e minicursos, feitos por professores e alunos da universidade sobre diversidade sexual e de gênero.

Um aspecto positivo é que de algum modo os alunos estão tendo contado sobre o tema, o lado negativo é que a maioria das iniciativas para debater sobre o tema vem de fora da escola. E os professores, apesar de serem livres para expor sobre o tema, poucos são os que falam sobre diversidade sexual e de gênero dentro da sala de aula, segundo os/as estudantes o professor que mais fala sobre o tema é o de sociologia. O diretor disse que os professores são livres para falarem sobre diversos temas, até os considerados tabus na sociedade, ele concorda com os alunos ao dizer que é na disciplina de sociologia onde mais se discute sobre sexualidades e gêneros.

Apesar da escola ser bem aberta ao debate sobre diversidade sexual e de gênero, dos professores estarem livres para abordarem o assunto na sala de aula, e da parceria com a UNILAB, percebe-se que a escola tem que falar ainda mais sobre esse assunto. É preciso discutir, convidar os alunos a refletirem, sobre a sociedade em que vivem, sobre as regras, discursos, estereótipos, etc., que existem na sociedade. Também é preciso o debate sobre os tipos de violência de gênero, pois muitos acabam cometendo atos de violência e não consideram como violência. Assim, é preciso que o debate não seja só para conscientizar, mais também fazer com que as pessoas que se sentem excluídas por se sentirem “diferentes” possam ter um espaço para falar, para que se sintam mais a vontade no ambiente escolar.

Na opinião de 82 alunos/as é importante ter o debate sobre sexualidade e gênero na escola. Segundo os relatos, eles acham importante, porque: “assim podemos discutir questões que normalmente não são tratadas em casa”; “assim os estudantes ficam por dentro de tudo e aprendem a respeitar”; “explicar que todos merecem respeito é essencial”; “é muito importante lembrar as pessoas que a única diferença que tem são a que elas criam”; “acho muito bom, é uma maneira de nós homossexuais falarmos nossas opiniões, queria que tivesse muito mais, muito mesmo”; “é uma forma de quebrar o tabu e os preconceitos”;

“evita o preconceito na escola”; “porque muitas pessoas não sabem sobre esse assunto, por isso algumas tem preconceito”; “para os alunos se conscientizarem e aprenderem a ver a diversidade com outros olhos”; “importante, porque caso contrário o jovem provavelmente iria pensar pelos padrões impostos pela sociedade”; “além de ajudar a aceitar as pessoas “diferentes” podem até abrir novos caminhos e dar força as que são vítimas de certas coisas todos os dias”. Como relatado, os estudantes acreditam que o debate ajudará as pessoas a conhecerem mais sobre o assunto e assim diminuïrem o preconceito que tem, aprender a respeitar mais o outro, além de ajudar os homossexuais a se expressarem e a se sentirem melhor no ambiente escolar.

É importante ressaltar que a grande maioria dos alunos que participaram da pesquisa querem debater sobre diversidade sexual e de gênero, assim o núcleo gestor da escola e professores deveriam aproveitar o interesse, incorporando iniciativas e projetos voltados às identidades sexuais e as identidades de gênero na escola. Os alunos demonstraram estarem com sede de aprender e querem mudanças e mais respeito na escola. É preciso, então, que o núcleo gestor e professores percebam a importância que é tratar desses temas na escola, fazendo assim com que os alunos reflitam sobre as diversidades e passem a respeitar e a entender mais o outro.

CONCLUSÃO

Percebeu-se durante as observações, e pelos relatos dos alunos, que a Escola de Ensino Médio Dr. Brunilo Jacó é uma escola onde há diversas sexualidades; e que pela maioria dos alunos e alunas tais diferenças são aceitas. Mas também, muitos estudantes ainda têm preconceitos, por seguirem os discursos normativos da sociedade, que ditam o que é “certo” e “errado”, alguns alunos/as julgam os seus/suas colegas por não seguirem o padrão estipulado, agindo muitas vezes com desrespeito e violência psicológica. Quem sofre essas violências acabam não relatando à direção e coordenação da escola, fazendo com que essa violência acabe ocorrendo todos os dias. Dessa forma, a vítima da violência acaba se silenciando e se excluindo da vida escolar, por medo e por não se sentirem acolhidos.

A falta de conhecimento sobre as sexualidades e gêneros acabam fazendo com que muitos alunos julguem os outros por irem por pensamentos pré-estipulados pela sociedade, e por estereótipos criados pela mesma. A religião é o outro motivo pelo qual os alunos não aceitam várias mudanças ocorridas em virtude das lutas de gênero e da população LGBT

pelos seus direitos, como por exemplo, o casamento homossexual e a independência das mulheres ao expandirem seus horizontes. Muitos estereótipos são tão fortes nos pensamentos dos alunos/as que muitos acabam discriminando os outros apenas pelas formas de se comportarem, se vestirem ou falarem, como por exemplo, os bissexuais que são alvos de preconceito por não jogarem bola, e alguns alunos/as se afastam de suas colegas por “parecerem” homossexuais.

A escola é bem aberta para que se possa haver um debate sobre diversidade sexual e de gênero, os gestores apoiam a liberdade dos professores para falarem sobre o assunto tanto dentro da sala de aula como fora dela, mas ainda assim não há iniciativas da escola como projetos, cursos e palestras envolvendo o tema. Vê-se que a escola não tem como foco incentivar o debate sobre o tema. Com isso, na sala de aula pouco se fala sobre as identidades sexuais e as identidades de gêneros.

As poucas palestras, minicursos e debates sobre diversidade sexual e de gênero que acontecem na escola é devido a parceria que a mesma tem com a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), estudantes e professores da universidade fazem o papel que a escola deveria fazer.

Percebe-se que é muito importante que ocorra o debate sobre diversidade sexual e de gênero na escola, pois se torna evidente que alguns preconceitos são criados pela falta de conhecimento do tema pelos alunos/as. A escola, apesar de ser livre para o debate, por não propiciar projetos para fazê-lo acaba se tornando um ambiente de repressão, por não dar a devida atenção ao tema, mesmo com a tamanha importância. Assim, continuam as violências diárias de alunos/as contra seus/suas colegas, apenas por terem uma orientação sexual ou gênero diferente do estipulado como o “correto” na sociedade.

Assim, é necessário que a escola dê a devida atenção a esses casos de violência. É preciso que a gestão escolar se torne ciente desses fatos que acontecem no ambiente escolar e tomem medidas para que mude a situação. Essas medidas seriam debater mais sobre diversidade sexual e de gênero, fazer projetos voltados para os LGBTs, incentivar ainda mais a discussão sobre o tema em sala de aula e fora dela por todos os professores, e a partir disso conscientizar os alunos, para que aceitem as diversidades e respeitem, para que percebam que as chamadas “brincadeiras” são formas de violência, para que assim aqueles alunos e alunas que sofrem essas formas de preconceito possam deixar de ter medo e passem a se sentir acolhidos no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Tradução de: Renato Aguiar.

BALLOUSSIER, Anna Virginia. **Bancada evangélica celebra retirada de questão de gênero de base curricular**. Folha de S.paulo. São Paulo. 07 abr. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/04/1873511-bancada-evangelica-celebra-retirada-de-questao-de-genero-de-base-curricular.shtml>>. Acesso em: 17 maio 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. 20. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. Tradução de: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque.

GODOY. **Introdução à Pesquisa Qualitativa e Suas Possibilidades**. São Paulo: Revista de Administração de Empresas, 1995.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação.: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A Epistemologia do Armário. In: **Cadernos Pagu**. Tradução de Plínio Dentzien. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2007.

TIMBANA, António Martins; MANHICE, Estevão Artur. **Expressões da Homossexualidade em Maputo**. Maputo: LAMBDA, 2012.